

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO NO CONE SUL. A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL DO SINDICALISMO BRASILEIRO EM PRINCÍPIOS DO SÉCULO

Paulo Roberto de Almeida

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Bruxelas. Mestre em Economia internacional.
Ex-Professor de Sociologia da Universidade de Brasília.

Ensaio de pesquisa histórica sobre as vinculações internacionais das organizações operárias e sindicais brasileiras nas primeiras décadas deste século, no contexto dos movimentos políticos e sociais que atuavam no Cone Sul, especialmente os anarquistas e os comunistas.

O "internacionalismo proletário" cobre as tentativas de ligar as lutas operárias às atividades das correntes de mesma filiação ideológica no plano internacional, com destaque para as diversas "internacionais operárias" existentes nessa época e, particularmente, a atuação sul-americana da Internacional Sindical Vermelha. Ademais do recurso à história oral, que motivou o início da pesquisa, foi utilizada a extensa bibliografia disponível sobre o assunto, configurando um panorama da experiência internacional do sindicalismo brasileiro, num período ainda marcado pela forte presença do trabalhador imigrante de origem européia na composição e organização do movimento operário.

Introdução

"Um fator importante a considerar no movimento sindical brasileiro é que, antes da Consolidação das Leis do Trabalho (1943), antes dos anos 30, o movimento sindical estava muito ligado ao movimento continental e internacional"¹. Para comprovar empiricamente este depoimento de um dos grandes líderes do movimento operário brasileiro, que atuou intensamente desde os anos 20 até meados dos anos 70, o Autor procurou analisar as diversas experiências de vinculação das organizações operárias e sindicais brasileiras ao sindi-

calismo internacional, nas primeiras décadas deste século, com especial relevância para os anos 20.

Com a conquista do poder na Rússia, em 1917, pela corrente bolchevista, o confronto entre as várias correntes do movimento operário mundial, já fragmentado pela experiência frustrada da Primeira Internacional várias décadas antes, viu-se particularmente aguçado. Com efeito, ele se encontrava cada vez mais dividido entre diversas variantes político-ideológicas, desde o anarquismo apolítico e o anarco-sindicalismo revolucionário até o reformismo de tipo pluriclassista proposto pelo Bureau Internacional do Tra-

1. Roberto Morena. *Entrevista* (Praga, 26.12.76, Arquivo pessoal do Autor). O presente trabalho de pesquisa foi em parte inspirado em exercícios de história oral conduzidos com representantes do movimento sindical e operário brasileiro, ou outros líderes políticos, que atuaram na primeira metade e meados do presente século. As fontes primárias serão referidas no curso do trabalho, ao lado da documentação secundária utilizada.

balho, passando pela poderosa corrente socialista e social-democrática e pela recém-lançada tentativa de capitalização política ensaiada pelo *Profintern*, a Internacional Sindical Vermelha, de obediência bolchevista.

O movimento operário brasileiro, ainda que incipiente e com fraca capacidade mobilizadora nas primeiras décadas deste século, não ficaria indiferente à luta ideológica entre essas correntes, como aliás a maior parte dos movimentos sindicais nos países do Cone Sul (Argentina, Uruguai e Brasil). De forma geral, os próprios grupos políticos organizados em forma de partido procuraram mobilizar a luta do operariado nessa região — toda ela caracterizada pela industrialização tardia e dependente e pelo afluxo intenso de trabalhadores imigrantes europeus — em função de programas e táticas propostas por suas respectivas correntes de filiação ideológica no cenário internacional, vale dizer europeu. Esse “internacionalismo operário” de princípios do século mereceu até agora pouca atenção dos estudiosos do movimento operário e, salvo as abordagens sob o prisma do movimento comunista internacional e dos partidos comunistas nacionais, não recebeu o tratamento sistemático que seria de se esperar em face da relativa proliferação de trabalhos sobre os movimentos operários e sindicais na região.

O presente ensaio histórico, oferecido como contribuição inicial ao estudo dessa questão, pretende traçar um quadro tão completo quanto possível das relações entre o movimento operário organizado no Brasil e as diversas “internacionais sindicais” em atividade nas primeiras décadas deste século. Cronologicamente, esta análise se estende desde princípios do século, caracterizada pela influência quase que exclusiva do movimento anarquista sobre os diversos movimentos operários nacionais nos países do Cone Sul, até meados dos anos 30, quando o sindicalismo oficial imposto aos trabalhadores pelo Estado reformista eli-

mina qualquer veleidade “internacionalista” que poderia ainda existir no movimento operário brasileiro².

1. Movimento operário e imigração

Não é necessário sublinhar mais uma vez a predominância dos imigrantes europeus na formação inicial da classe operária brasileira, como também a importância, e mesmo a imprescindibilidade, desse elemento humano na determinação política das formas de luta adotadas pelas organizações de trabalhadores nos primeiros anos deste século. Os imigrantes europeus, ou seus descendentes imediatos, eram maioria na população ocupada no setor secundário dos grandes centros urbanos. Em São Paulo, por exemplo, “em 1900, 92% dos operários industriais no estado de São Paulo eram estrangeiros e 81% [desse número] eram italianos”³. No Rio de Janeiro, em 1906, de um total aproximado de 100 mil trabalhadores estrangeiros, 49% estavam ocupados na indústria, transporte e comércio⁴.

Do ponto de vista de sua filiação política, a grande massa dos imigrantes, proveniente da Europa meridional (penínsulas itálica ou ibérica), dividia-se entre as principais correntes anarquistas, enquanto que o socialismo reformista conseguia um bom número de adeptos entre os trabalhadores especializados (setor do livro, indústrias gráficas etc), para não referir-se aos intelectuais e diversos membros da pequena burguesia nacional. Nessa época, quando se reforçavam na Europa as primeiras confederações nacionais de trabalhadores e se davam os primeiros passos para a constituição de uma “internacional sindical”, as organizações de trabalhadores no Brasil e nos demais países da região ainda percorriam o difícil caminho da “resistência”, em busca do simples direito de representação política ou corporativa.

A inspiração anarquista — que preside a todo um período de lutas do movimento operário, grosso modo, de 1906 a 1920 — encontra grande estímulo nas organizações sindicais francesas e na CNT espanhola, as quais, segundo o modelo anarco-sindicalista, atribuíam à greve geral o principal papel na transformação revolucionária da sociedade. Não se encontra todavia indícios de uma vinculação mais estreita, nessa primeira fase, entre as organizações sindicais brasileiras e suas congêneres em outros continentes, a despeito mesmo de uma intensa troca de materiais e da constante remessa de publicações da mesma linha ideológica.

A Confederação Operária Brasileira (COB), constituída inicialmente sob inspiração anarquista, começa a ter voz ativa a partir de 1908. Já no ano seguinte, representantes brasileiros comparecem a uma conferência de organizações operárias anarco-sindicalistas organizada em Buenos Aires pela *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA), sem que no entanto se chegasse a qualquer resultado prático em termos de coordenação supra-nacional de lutas sindicais. Mais tarde, a perseverança dos anarquistas argentinos produz alguns resultados com o estabelecimento, em 1929, da *Asociación Continental de Trabajadores* (ACT) — filial regional da Associação Internacional de Trabalhadores, de linha anarquista

— numa época contudo em que os grupos operários brasileiros dessa tendência entravam em franca decadência⁵.

O “internacionalismo” anarquista no Cone Sul se revela sobretudo pela adoção das mesmas palavras de ordem emitidas por seus companheiros europeus, nessa época geralmente relativas à luta contra a guerra e a defesa da paz mundial. Em outubro de 1915, ao mesmo tempo em que organizavam um Congresso Anarquista Nacional, no Rio de Janeiro, os anarquistas brasileiros patrocinaram um Congresso Internacional da Paz que, naquelas compreensíveis circunstâncias, contou apenas com a inexpressiva presença de dois representantes de organizações libertárias argentinas. No ano anterior, a realização, programada para agosto, em Londres, de um Congresso Internacional Anarquista — do qual deveriam participar delegados brasileiros, e supostamente do Cone Sul — viu-se frustrada em razão da deflagração da guerra européia⁶.

Em escala continental deve ser feita menção às tentativas da *American Federation of Labour* (AFL), dirigida pelo histórico líder Samuel Gompers, de congregar, sob sua bandeira, organizações de trabalhadores de países do “sul do Rio Grande”. Entretanto, tanto diferenças de opinião política quanto a própria distância geográfica mantiveram os sindicatos brasileiros de fora

2. Alguns depoimentos e outros materiais documentais aqui utilizados já foram divulgados pelo Autor em oportunidades anteriores, cujas circunstâncias obrigaram entretanto à utilização de pseudônimo. Ver, assim, os artigos publicados por Pedro Rodrigues: “Roberto Morena: 60 anos de militância sindical”, *Plural* (São Paulo, Ano I, n.º 4, abril-junho 1979, pp. 68-81); “O sindicalismo internacional e o movimento operário no Brasil: A experiência dos anos vinte”, *Plural* (São Paulo, Ano II, n.º 5, julho-setembro 1979, pp. 49-71); “Brasileiros na Espanha”, *Temas de Ciências Humanas* (São Paulo, volume 9, 1980, pp. 125-158); “Roberto Morena: o Operário, o Militante, o Homem”, *Memória e História* (São Paulo, n.º 3, Instituto Astrojildo Pereira — Archivo Storico del Movimento Operario Brasileiro — Editora Nova Rumos, 1987, pp. 15-32).
3. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro. “O proletariado industrial na Primeira República”, in Fausto, Boris (org.), *O Brasil republicano*, 2.º vol.: *Sociedade e instituições* (São Paulo, Difel, 1977, p. 139).
4. Cf. Boris Fausto. *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920*, São Paulo, Difel, 1976, Tabela I-6, p. 32.
5. Victor Alba. *Historia del movimiento obrero en America Latina*, Mexico, Librerias Mexicanas Reunidas, 1964, p. 457.
6. Cf. John W. F. Dulles. *Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935*, Austin, Ed. da Universidade do Texas, 1973, p. 34.

dessa iniciativa, que de resto se dirigia mais às organizações moderadas porventura existentes no México, na América Central e no Caribe. Mais próxima ideologicamente dos anarquistas do Cone Sul estava a *Industrial Workers of the World* (IWW) — uma cisão da *American Federation of Labor*, que, a princípio (1905), era socialista, convertendo-se logo depois ao anarquismo — que aliás recrutava grande número de trabalhadores imigrantes italianos ou espanhóis nos Estados Unidos⁷.

No campo do sindicalismo de filiação socialista ou social-democrata não há praticamente nenhum registro de uma experiência concreta de um relacionamento efetivo entre sindicalistas brasileiros e o movimento correspondente europeu, apesar da existência — ressaltada por Fausto⁸ — de uma significativa fração “trabalhista”, dominante no final do século passado, disposta à colaboração de classes e à dependência para com o Estado. É sabido que diversos “partidos” socialistas viram a luz em todo o período aqui analisado, mas nenhum deles chegou sequer a colocar a questão de sua vinculação internacional, precisamente em virtude da falta absoluta de qualquer embasamento real na classe trabalhadora.

A corrente social-democrata européia, por sua vez, não chegou a constituir uma verdadeira “internacional operária” no período anterior à Primeira Guerra Mundial, em virtude sobretudo da oposição do líder da Federação Sindical Alemã, Legien, às concepções revolucionárias da CGT francesa. No terreno sindical reformista, entretanto, verifica-se a instituição do Secretariado Sindical Internacional, criado em 1902, e cujas conferências coincidiam frequentemente com os congressos internacionais socialistas. A pressão das organizações mais ativas — sobretudo os sindicatos franceses e os americanos da tendência IWW — consegue empurrar um pouco esse movimento, com o lançamento, em 1913, do esqueleto da Federação Sindical Interna-

cional, que desempenharia um papel importante no decorrer dos anos 20⁹.

Mas, indubitavelmente, a fase anterior a 1917 nos países do Cone Sul é dominada pelas correntes anarquistas, organizadas ou não em centrais sindicais nacionais. No Brasil, por exemplo, a COB comanda lutas importantes de cunho internacionalista (provavelmente repercutidas também nos demais países da região), como a “campanha contra o fuzilamento do anarquista espanhol Francisco Ferrer, chegando a realizar, em 1909, uma passeata no Distrito Federal (Rio de Janeiro), da qual tomaram parte mais de 5 mil pessoas”¹⁰.

Além da organização desse tipo de solidariedade internacional, a exemplo de outras lutas contra a guerra e o militarismo, os anarquistas traduziam e publicavam no Brasil diversos materiais de propaganda e de orientação anarco-sindicalista¹¹, como também enviavam “delegados à Espanha, Portugal e Itália — países de onde provinha o grosso da imigração — para narrar aos trabalhadores daqueles países o que se passava no Brasil”¹². No entanto, apesar do impacto causado nesses meios por acontecimentos ligados ao movimento operário internacional, não se tem notícia de alguma experiência de vinculação orgânica, ou qualquer relacionamento mais estreito entre organizações sindicais brasileiras e os “embriões” de internacionais sindicais em constituição nessa fase.

2. Anarquismo e marxismo

A irrupção da revolução bolchevista nos meios operários do Cone Sul se dá sobretudo, como em outros países, pela introdução do debate político em torno dos princípios que deveriam guiar a ação sindical na luta pela defesa dos interesses da classe trabalhadora.

Nesse sentido, a experiência soviética é um divisor de águas do movimento operá-

rio a nível internacional, introduzindo novos conceitos estratégicos e táticos e novas regras de organização. Depois de um período de confusão inicial, durante o qual congressos anarquistas chegaram a se realizar no Rio de Janeiro em apoio à causa da revolução russa, o debate se acirra e a oposição entre marxistas e libertários se torna cada vez mais irredutível.

Essa fase, sobretudo a partir de 1919, coincide com o declínio irresistível do movimento anarquista no Brasil. Com efeito, depois do fracasso da greve geral de 1917 e da insurreição frustrada de 1918, últimas tentativas políticas marcadamente anarquistas, esse movimento caminharia para sua "bancarota total", nas palavras do ex-anarquista e principal fundador do Partido Comunista do Brasil, em 1922, Astrojildo Pereira.

A última grande manifestação da antiga hegemonia anarquista se daria por ocasião do Terceiro Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1920, onde, consoante ainda com as tendências políticas anteriores, optou-se não pela centralização, mas pelo princípio federativo, como forma de congregar as várias federações existentes e as associações autônomas representadas. Ainda assim, alguns dos membros da Comissão Executiva do Terceiro Congresso (CTEC), inspirados

nos sucessos dos bolchevistas russos, começavam já a propugnar a criação de um partido político do proletariado, considerado instrumento indispensável na sua luta pela conquista de seus objetivos revolucio-



nários, qual seja a transformação do Estado. Alguns meses mais tarde, os debates cada vez mais azedos entre as duas correntes resultam na cisão definitiva do movimento operário brasileiro entre anarquistas e comunistas¹².

A cisão entre essas duas correntes é provavelmente o reflexo da debilidade do movimento reformista — ou mais exatamente do relativo atraso histórico da organização operária — no continente latino-americano, uma vez que a ruptura no movimento operário e sindical europeu

7. Ver Georges Lefranc. *Le syndicalismo dans le monde*, Paris, Presses Universitaires de France, 1949, p. 34.

8. Cf. Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social*, op. cit., p. 41.

9. Cf. William Z. Foster. *History of the three Internationals: The world socialist and communist movements from 1848 to the present*, Nova Iorque, International Publishers, 1955, p. 164.

10. Cf. Jover Telles. *O movimento sindical no Brasil*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962, p. 21.

11. Em 1909, por exemplo, o órgão socialista e anarquista "A Terra Livre", criado em 1905 e administrado por Edgard Leuenroth e Neno Vasco, publicava em São Paulo o folheto do conhecido anarco-sindicalista italiano Enrico Malatesta, "Programa Socialista Anarquista Revolucionário".

12. Cf. Jover Telles. *O movimento sindical no Brasil*, op. cit., p. 22.

13. Dulles. *Anarchists and communists in Brazil*, op. cit., pp. 153-158. Um ano depois, Astrojildo Pereira receberia a visita de um emissário da Terceira Internacional, trazendo-lhe o encargo de organizar um partido comunista no Brasil, o que seria consumado em março de 1922. Ver Astrojildo Pereira. *Formação do PCB, 1922-1928*, Lisboa, Prelo, 1976.

não se dá entre anarquistas e comunistas, mas sim entre estes últimos e as correntes socialista e social-democrata, que conseguem reorganizar-se e manter sua hegemonia política e organizacional durante o período revolucionário que se abre no imediato pós-guerra. Assim, em abril de 1919, uma conferência sindical reunida em Amsterdam, com representantes de 14 países, reconstrói a Federação Sindical Internacional (FSI) sob a liderança das forças centristas e direitistas do movimento operário europeu¹⁴. Afastada a preponderância alemã *d'avant guerre*, as *trade union* britânicas passam a exercer um papel mais importante na Internacional reformista, o que todavia não impede os sindicatos ingleses de concluir, em 1924, um pacto de solidariedade com os sindicatos soviéticos¹⁵.

O pós-guerra é também um período de importantes mudanças na estrutura das relações sociais e laborais na maior parte dos países, por via de negociações inéditas no cenário internacional, já que pela primeira vez se passou a discutir questões trabalhistas e sindicais no plano multilateral. A conferência internacional sobre a legislação do trabalho, realizada no quadro da Conferência de Paz de Versalhes, contribuiu moderadamente para uma melhor organização social dos trabalhadores, no quadro institucional vigente, ao permitir o reconhecimento de direitos tidos antes como parte da esfera privada dos agentes econômicos. Concluído em abril de 1919, o Tratado de Paz contemplava, em seus artigos 387 e 427, uma série de cláusulas relativas à organização e proteção do trabalhador (princípio de oito horas de trabalho diário, interdição do trabalho noturno a mulheres e crianças, direito de associação e liberdade sindical etc), além de estabelecer a Organização Mundial do Trabalho, na qual passariam a estar representados, equitativamente, delegados governamentais e representantes patronais e operários¹⁶.

Nesse mesmo período, no Brasil, os grupos políticos que disputavam o controle

das organizações sindicais existentes estavam mais preocupados em preservar a pureza de suas concepções e princípios de luta respectivos do que em participar dos debates em curso no continente europeu. Ainda assim, os reflexos dos postulados adotados na Conferência de Versalhes, bem como das recomendações feitas na "Carta do Trabalho" elaborada pela FSI, fazem-se sentir de imediato no País: de maio a julho de 1919, os trabalhadores do Rio de Janeiro e de São Paulo conduzem uma série de greves pelas oito horas de trabalho sem redução de salário, que resultam vitoriosas em sua maior parte.

Mas questões políticas também vêm à tona: durante o Terceiro Congresso Operário Brasileiro, algumas delegações insistem sintomaticamente na preservação da neutralidade política dos sindicatos, bem como na manutenção de uma posição estritamente sindicalista — e portanto apartidária — na condução das lutas operárias, o que não tardaria a se revelar como dificilmente sustentável no período de intensas comoções ideológicas que se estava abrindo com a ascensão política do leninismo em escala internacional¹⁷.

3. Os sindicatos brasileiros e o sindicalismo internacional

Durante a década de 20, diversos apelos dos mais diferentes horizontes ideológicos e programáticos solicitarão a atenção dos trabalhadores organizados no Brasil, alguns contando com o beneplácito do governo, outros sendo duramente reprimidos, assim como seus grupos políticos respectivos. A questão da vinculação internacional dessas diversas correntes ideológicas também não tardou a se colocar.

Se os socialistas reformistas podiam contar com o apoio moral da Internacional social-democrata de Amsterdam, os anarquistas, por sua vez, logo teriam a sua entidade supra-nacional, conhecida como

a "Internacional de Berlim". Os trabalhistas pró-governamentais lograram assegurar-se um mínimo de representatividade política, através da colaboração sustentada por canais oficiais como o Bureau Internacional do Trabalho de Genebra. Os comunistas, que passam a influir decisivamente na condução das lutas operárias a partir de meados dessa década, encontrariam cobertura internacional no PROFINTERN, a Internacional Sindical Vermelha, com sede em Moscou. A *American Federation of Labor*, finalmente, lidera nessa época uma tentativa de constituição de uma confederação panamericana de trabalhadores, que obteve contudo escassa repercussão nos países do Cone Sul.

A fundação — e preservação, contra os "ataques do capital internacional" — do primeiro "Estado proletário da História", personificado no governo soviético, não poderia deixar de exercer enorme impacto nos trabalhadores organizados de todo o mundo. Assim, quando, sob a condução dos bolchevistas russos, é criada a Terceira Internacional, ou COMINTERN, diversos sindicatos e mesmo centrais sindicais de alguns países europeus — Itália, Espanha e França, sobretudo — postulam seu ingresso no

"novo pólo da revolução mundial". Por decisão do próprio Lenin, entretanto, só seria permitida a filiação de partidos políticos, ainda assim sob ressalva de fiel adesão aos princípios bolchevistas de "centralismo democrático" e de total oposição ao reformismo socialista.

Por ocasião do Segundo Congresso do COMINTERN, em 1920, foi instituído um "Conselho Sindical Internacional", destinado a fazer face à Internacional "amarela" de Amsterdam: esse embrião do PROFINTERN chegou a incluir centrais sindicais de diversos matizes ideológicos, como a CGL italiana, de inspiração socialista, e a própria CNT dos anarco-sindicalistas espanhóis. Ao realizar-se, contudo, o Primeiro Congresso da Internacional Sindical Vermelha, em julho de 1921, clarificaram-se as posições políticas e a ideologia do novo movimento internacional, o que determinou a saída quase que imediata daquelas correntes socialistas, anarquistas e anarco-sindicalistas que por acaso ainda não tivessem sido afastadas em virtude do programa estritamente leninista do COMINTERN¹⁰.

Na América Latina, de maneira geral, e no Cone Sul, de forma acentuada, o

14. Cf. Foster. *History of the three Internationals*, op. cit., p. 319. Há evidências de que um delegado brasileiro assistiu à conferência de reconstrução da FSI; vide ALBA, *Historia del movimiento obrero en America Latina*, op. cit., p. 458, que cita Robert Alexander: *Labor parties of Latin America*, Nova Iorque, League for Industrial Democracy, 1942, pp. 42-43.

15. Cf. C.F.A. Losovsky. *Le mouvement syndical international, avant, pendant et après la guerre*, Paris, L'Internationale Syndicale Rouge, 1926.

16. Cf. Guy de Lusignan. *L'Organisation internationale du travail, 1919-1959*, Paris, Editions Ouvrières, 1959, pp. 21-34. O representante brasileiro na Conferência da Paz de Versalhes era Epiácio Pessoa que, pouco depois, seria conduzido à Presidência da República.

17. Sobre as posições moderadas apresentadas naquele último grande conclave unificado do movimento operário brasileiro, ver por exemplo as teses apresentadas pela Associação Gráfica do Rio de Janeiro ao Terceiro Congresso na antologia organizada por Edgard. Carone *Movimento operário no Brasil, 1877-1944*, São Paulo, Difel, 1979. Sobre o livro, ver resenha crítica de Paulo Roberto de Almeida, "Uma antologia do movimento operário", *Plural*, São Paulo, Ano II, n° 5, julho-setembro 1979, pp. 169-172.

18. Cf. Lefranc. *Le syndicalisme dans le monde*, op. cit., pp. 54-55 e Losovsky, *Le mouvement syndical international*, op. cit., pp. 137-149. Ver o programa de ação da ISV em Manifestes, thèses et résolutions des quatre premiers Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919-1923 (reimpressão em fac-símile), Paris, François Maspero, 1972, pp. 129-134. Sobre as efêmeras relações entre os anarquistas e o COMINTERN, ver o livro de Franz Borkenau. *World communism: A history of the communist international*, Nova Iorque, W.W. Norton, 1939, pp. 168-7 e 196-7.

debate — para não dizer claramente a luta — entre anarquistas e comunistas se dá tanto em função das formas de organização que deveriam guiar as lutas do movimento operário, como em relação à vinculação internacional desse movimento. Ainda que os anarquistas e anarco-sindicalistas detivessem o controle de muitos sindicatos operários da região, a liderança política do movimento operário enquanto tal passou a ser asperamente disputada com os comunistas, em todas as frentes da luta ideológica. Como salientou um estudioso da questão operária na América Latina, “uma das questões cruciais que levaram à cisão entre as facções pró- e anti-comunista do movimento operário anarquista era o problema da vinculação internacional”¹⁹.

Numa primeira fase dos debates, o modelo ideal de organização sindical era dado pela *Industrial Workers of the World*, dos EUA, cuja estrutura avançada — agrupando sindicatos por tipos de indústria — era tida como importante fator de impulsão das lutas operárias. Mas, os anarquistas brasileiros, e também provavelmente seus homólogos do Cone Sul, consideravam essa estrutura muito centralizada, tendo preferido em seu lugar uma livre federação dos sindicatos de cada ramo²⁰.

No plano internacional, os anos 1921-22 assistem à cisão definitiva de várias centrais sindicais nacionais. Os socialistas, que já contavam com sua própria Internacional, conseguem preservar o essencial de suas forças nos diversos países europeus, com exceção da França, onde se constitui uma CGTU revolucionária. Os anarco-sindicalistas, por sua vez, decidem não tomar parte na ISV e estabelecem sua própria internacional, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), cujo congresso constitutivo é realizado em Berlim no final de 1921²¹.

A repercussão no Brasil se deu de forma relativamente rápida. “A questão imediatamente se colocou no Brasil se os sindicatos anarquistas deveriam se ligar à Internacio-

nal de Berlim ou à de Moscou. A maioria decidiu finalmente que a COB deveria aderir à AIT de Berlim”²². Em verdade, nessa época, a COB não tinha muita existência real, mas diversos sindicatos e algumas federações de trabalhadores proclamam sua adesão à AIT anarco-sindicalista, no quadro de uma intensa campanha anti-bolchevista. A adesão era, na maior parte das vezes, puramente verbal e parece difícil avaliar, agora, o grau de vinculação efetivo ou o tipo de relacionamento entre as organizações sindicais brasileiras de obediência anarco-sindicalista e a AIT de Berlim²³.

Na primeira metade dos anos 20, contudo, quando os comunistas ainda não eram sérios concorrentes ao controle das grandes federações de trabalhadores organizados, a AIT de Berlim — cujas bases principais estavam na Espanha e na Itália e nas significativas minorias anarco-sindicalistas da Alemanha, França e Portugal — podia pelo menos reivindicar, como membros, algumas centrais sindicais na então distante América Latina, sobretudo na Argentina, no México e no próprio Brasil²⁴.

Os socialistas reformistas não parecem ter exercido muita influência em termos de vinculação internacional de organizações sindicais brasileiras. Apesar de que, na conferência constitutiva da FSI de Amsterdam, em 1919, Samuel Gompers, da AFL, tenha pretendido reivindicar a representatividade de “vinte e uma repúblicas da América Central e do Sul”, a penetração da *Pan-American Federation of Labor* (PAFL) era mínima no Cone Sul, para não dizer nula. Sua atuação, no decorrer dos anos 20, não ultrapassou limites geográficos muito restritos — geralmente, no imediato entorno geográfico dos EUA — e, assim mesmo, a pretendida representação de “sindicatos latino-americanos” era muitas vezes feita por líderes exilados nos EUA²⁵.

Pelo exame da documentação disponível, não se tem notícia da participação regular de alguma entidade sindical refor-

mista brasileira nos congressos internacionais da FSI — que, no período do entreguerras, agiu em estreita cooperação com a OIT — ou nos congressos regionais da PAFL, reunidos a cada dois anos entre 1917 e 1930, sob a liderança do citado Samuel Gompers e depois de Williams Green, secretários da AFL²⁰. O sindicalismo reformista, é verdade, já havia renunciado a toda mística revolucionária, em favor de um pragmatismo das “conquistas graduais” e, sendo assim, não poderia mesmo conquistar muitas posições no sindicalismo de combate dos países do Cone Sul, numa época em que as ativas minorias revolucionárias imprimiam seu estilo e direção às lutas operárias. Não que faltasse o elemento moderado, preconizador de reformas parciais, no sindicalismo desses países, mas a própria atitude intransigente, assumida pelas elites industriais e pelas autoridades do Estado, face às legítimas reivindicações de uma classe operária então super-explorada, contribuía para a exacerbação dos antagonismos que daí derivavam.

No Brasil, o governo Artur Bernardes (1922-26) tentaria, é verdade, a partir do impulso dado pela Conferência de Versalhes, modificar a tradicional política de repressão sistemática do sindicalismo organizado em favor de um ensaio de colaboração classista. Como indicou um líder contemporâneo, “no Governo Bernardes começou uma nova experiência: não havia

Ministério do Trabalho, mas se criou um Conselho Nacional do Trabalho (CNT) e se fizeram as primeiras reuniões patrões-trabalhadores-Governo para se estabelecer as primeiras leis sociais”²⁷.

Papel relevante teve nesse contexto a Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB), dirigida por Sarandi Raposo, que durante um certo tempo serviu de cobertura legal para o então perseguido PCB, permitindo-lhe acesso à imprensa diária. O esquema colaboracionista integrava-se, de resto, nas recomendações sugeridas pelo Bureau Internacional do Trabalho, secundado pela FSI, no sentido de ser implementada, gradualmente, uma legislação social capaz de dirimir os mais graves conflitos trabalhistas. É assim que as primeiras propostas de introdução da “lei de férias”, das leis sobre acidentes de trabalho e das caixas previdenciárias são discutidas e encaminhadas durante o governo Bernardes, o que muito contribuiu, por outro lado, para reforçar e impulsionar a corrente “trabalhista” do sindicalismo brasileiro.

Em julho de 1925, no quadro de uma visita à América do Sul, chega ao Brasil o líder sindicalista francês Albert Thomas, então presidente do BIT: entre uma homenagem e outra, ele critica o governo por não designar delegados às conferências da organização. A questão da escolha do representante dos trabalhadores, em 1926, gera, como seria de se esperar, intenso debate entre comunistas, anarquistas e

19. Cf. Robert J. Alexander. *Communism in Latin America*, New Brunswick, N.J., Rutgers University Press, 1957, p. 94.

20. Cf. Dulles. *Anarchists and communists in Brazil*, op. cit., pp. 164-66 e 186.

21. Cf. Lefranc, pp. 54-55; Losovsky, pp. 281-284.

22. Ver Alexander. *Communism in Latin America*, op. cit., p. 94, que cita o jornal anarquista *A Plebe* (19/12/22).

23. Ver Dulles, op. cit., pp. 284-5.

24. A informação é do próprio líder da ISV, Losovsky. Ver *Le mouvement syndical international*, op. cit., p. 282.

25. Ver a obra de Moisés Poblete Troncoso e B.G. Burnett. *The rise of the Latin American labor movement*, Nova Iorque, Bookman Associates, 1960, pp. 129-132.

26. Ver Lefranc. *Le syndicalisme dans le monde*, op. cit., pp. 62-4 e Alba. *Historia del movimiento en América Latina*, op. cit., pp. 459-462.

27. Roberto Morena. Depoimento pessoal ao Autor, op. cit.; Morena, de origem anarco-sindicalista, mas que logo iria se tornar membro da Comissão Sindical do PCB, participou dessas primeiras reuniões de conciliação.

socialistas. Estes últimos tinham constituído, em maio do ano anterior, mais um Partido Socialista, com Evaristo de Moraes à frente, mas não parecem ter buscado contato com as entidades socialistas — políticas ou sindicais — no plano externo²⁸.

Os esforços dos socialistas para concorrer com os comunistas e os anarquistas — ou o que restava destes últimos — no controle do movimento operário logo receberiam adesão, no espectro moderado, de sindicalistas do sul do País que, em 1928, tomam a iniciativa de fundar um primeiro Partido Trabalhista, com relativo sucesso nesse final de década²⁹.

O apoio discreto dado pelos governos Artur Bernardes e Washington Luís (1926-1930) aos trabalhistas “bem comportados” abriu caminho à implantação do sindicalismo oficial na década de 30, quando a supervisão exercida pelo Ministério do Trabalho já não mais permitiria qualquer vinculação internacional por parte dos sindicatos brasileiros. O contingente até então moderado de entidades pró-governamentais — onde se incluíam alguns sindicatos de marítimos, a associação de cocheiros e condutores de veículos, dos empregados em armazéns e, sobretudo, diversos sindicatos têxteis — se veria particularmente reforçado a partir do governo reformista de Getúlio Vargas, instalado no poder pela Revolução de outubro de 1930.

4. *A Internacional sindical vermelha e o bureau Sul-Americano*

A formação de partidos comunistas nacionais, em princípios dos anos 20 coincidiu, como vimos, com um intenso debate político sobre o sentido e a orientação do trabalho sindical nas organizações operárias. Se na maior parte dos países europeus, a polêmica desatada significou, de imediato, rupturas e fracionamentos partidários e sindicais, no Cone Sul, pelo menos a consti-

tuição de correntes genuinamente comunistas no movimento sindical permitiria, pela primeira vez, o ingresso organizado da classe operária, com posições próprias, de corte nitidamente classista, na política nacional. Até então ela tinha sido mantida relativamente à margem do jogo político, seja devido a sua própria fragmentação orgânica, seja em virtude do tradicional apolitismo e apartidarismo de muitas correntes anarco-sindicalistas e libertárias.

O processo de incorporação dos comunistas, e das entidades sindicais a eles vinculadas, nas lutas políticas dos países do Cone Sul seria particularmente estimulado, a partir de meados da década, pela importância atribuída pelo COMINTERN ao movimento comunista e sindical latino-americano. Em 1925, é criado o Bureau Sul-Americano da Internacional Comunista e, em 1927, um Secretariado Sindical para a América Latina³⁰. A Internacional Sindical Vermelha começa a incluir a América Latina em sua área de interesse desde o Terceiro Congresso, realizado em Moscou em julho de 1924, logo após o Quinto Congresso da Internacional Comunista³¹.

No Brasil, as publicações do PCB revelam algumas referências ao PROFINTERN desde o período inicial, em 1922-23, mas, apenas a partir de 1925, a questão da organização comunista no meio operário assume contornos concretos, com a definição de uma política específica para o movimento sindical: é a época da política cominterniana de “frente única do proletariado” e das primeiras tentativas de formação de uma Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)³². Nessa mesma época, o PCB desenvolve a luta contra a velha estrutura “por ofícios” do sindicalismo brasileiro, propugnando uma organização e filiação por setores de indústrias, se possível em forma de federações, conforme o modelo sugerido pela IWW americana e adotado pelos comunistas³³.



Numa primeira tentativa para organizar o movimento sindical latino-americano, a ISV estimula, em 1926, uma conferência dos sindicatos de marítimos de alguns paí-

ses do continente. Reunido em Montevideu, o Congresso Continental dos Trabalhadores Marítimos contou com a presença de sindicatos dos EUA e do Chile, da tendência iww, e de alguns representantes de grupos de marítimos do Brasil e do Uruguai³⁴. Até 1927, no entanto, apenas duas centrais sindicais da região estavam filiadas ao PROFINTERN: a *Federación Obrera de Chile* e a *Confederación Obrera Nacional de Colombia*³⁵, esta última sendo porém uma entidade "de papel", à falta de um proletariado industrial relativamente importante nesse país³⁶.

Em abril de 1927, o PCB promove um congresso sindical, na tentativa de unificar sob seu controle o movimento sindical brasileiro e adiantar a constituição de uma CGT³⁷, não sem uma violenta oposição dos anarquistas: "embora

28. Cf. Dulles, *op. cit.*, pp. 278-296. O afastamento do Brasil da Liga das Nações — onde tinha sido, aliás, membro do Conselho, de 1920 a 1926 — significaria também o distanciamento em relação à OIT, com correspondente perda de respaldo internacional para grupos brasileiros de tendência socialista moderada.

29. Segundo informa um estudioso, em seu Segundo Congresso, realizado em 1930, esse Partido Trabalhista reuniu 181 delegados, representando 58 entidades sindicais, com uma adesão proclamada de cem mil trabalhadores. Cf. Poblete Troncoso e Burnett. *The rise of the Latin American labor movement*, *op. cit.*, pp. 77-78.

30. Ver Edgard Carone. *A República Velha: Instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1970, p. 332.

31. Cf. Losovsky. *Le mouvement syndical international*, *op. cit.*, pp. 154-157.

32. Um representante do PCB, Antonio Canelas, tinha estado presente ao Quarto Congresso da IC, em fins de 1922; Astrojildo Pereira, o chefe histórico do PCB, visita Moscou em 1924 e, em 1928, outro delegado do Partido, Paulo Lacerda, comparece ao Sexto Congresso do *Comintern*; cf. Astrojildo Pereira. *Formação do PCB*, *op. cit.*, p. 69.

33. Cf. Dulles. *Anarchists and communists in Brazil*, *op. cit.*, pp. 299-302. Cabe salientar que a IWW participou das atividades da Internacional Sindical Vermelha, numa primeira fase.

34. Ver Alexander. *Communism in Latin America*, *op. cit.*, p. 48.

35. *Idem, ibidem*, p. 47. A PAFL ou a FSI, ambas violentamente hostilizadas pelos comunistas, assim como a modesta AIT anarco-sindicalista, não podiam tampouco reivindicar adesões significativas num continente latino-americano que, com poucas exceções, não conheceu, em todo esse período, centrais sindicais nacionais realmente importantes.

36. Ver Alba. *Historia del movimiento obrero en America Latina*, *op. cit.*, pp. 401-2. A FOCH, por sua vez, que existia desde 1909, já havia aderido ao PROFINTERN logo da constituição deste último, em 1921, apesar da intensa oposição dos sindicatos socialistas e anarco-sindicalistas a ela afiliados. *Ibidem*, pp. 379-381.

37. O resultado seria a criação da Federação Sindical Regional do Rio de Janeiro: Joaquim Barbosa, que um ano depois lideraria a "oposição sindical" ao PCB, seria eleito primeiro secretário, e João da Costa Pimenta e Roberto Morena designados segundo e terceiro secretários, respectivamente. Ver Dulles, *op. cit.*, p. 319.

se diga que o anarquismo deixou de ter impacto no movimento operário brasileiro a partir de meados da década de 20, é inegável que ele contribuiu para obstruir a ofensiva do PCB em prol da unidade sindical³⁸. Os próprios anarquistas reconheciam, entretanto, que os bolchevistas vinham ganhando terreno dentro das organizações operárias, mas atribuíam esse progresso às manobras de apoio da Internacional Sindical Vermelha, que já tinha realizado seu Terceiro Congresso³⁹.

Nessa mesma época, enquanto os anarco-sindicalistas da região se preparavam para uma Conferência Libertária Continental, convocada pela FORA argentina e pela CGT mexicana, os comunistas brasileiros continuavam a avançar decisivamente no terreno sindical, mesmo sofrendo o duro impacto da chamada “Lei Celerada”, de repressão a atividades políticas “ilegais”, sancionada em agosto de 1927⁴⁰.

No final desse ano, diversos líderes comunistas latino-americanos, reunidos em Moscou para as comemorações do 10º aniversário da revolução bolchevista, emitem longa declaração política onde, ao lado dos habituais ataques à PAFL e aos “amarelos” de Amsterdam, conclamam os sindicatos do continente a realizarem conferência em Montevidéu — então fixada para o final de 1928 — e destinada a criar uma Confederação Sindical Latino-americana⁴¹. Em nova reunião em Moscou, realizada em abril de 1928, os representantes latino-americanos redigiram novo manifesto dirigido às organizações operárias da região convocando a conferência para maio do ano seguinte, sempre em Montevidéu⁴².

Nessa fase, a orientação imprimida pelo PCB ao trabalho sindical gera divergências entre alguns dirigentes, desenvolvendo-se um movimento de críticas onde se acusava o PCB de estar “inteiramente fora das condições brasileiras” e de que sua “orientação era mais uma cópia ou ajustamento

de uma orientação ampla da Internacional [Comunista]”⁴³.

Indiferente a essas críticas, *A Classe Operária*, o órgão oficial do PCB, continuava a desenvolver ampla campanha em favor da criação de uma confederação sindical latino-americana, conforme as diretrizes do PROFINTERN, que acabava de realizar seu Quarto Congresso em Moscou⁴⁴. No final de 1928, efetivamente, o Terceiro Congresso do PCB, aplicando já as novas consignas de “frente única do proletariado”, adotadas no Sexto Congresso da IC — e, portanto, como reflexo da posição assumida em relação ao movimento sindical europeu — inicia a luta contra os “grupos socialistas no movimento operário”⁴⁵.

Na esfera continental, para preparar o Congresso de fundação da *Confederación Sindical Latinoamericana* (CSLA), começa a ser publicado, desde meados de 1928 em Montevidéu, *El Trabajador Latinoamericano*, o primeiro periódico verdadeiramente comunista em escala regional e que reproduzia obviamente as posições do PROFINTERN sobre a “luta ideológica” no movimento sindical⁴⁶.

Congregando forças para a conferência sindical de Montevidéu, as organizações vinculadas ao PCB reúnem, no Rio de Janeiro, de 26 de abril a 1º de maio de 1929, o Congresso Operário Nacional, “com o fim de passar em revista a situação trabalhista e constituir a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil”⁴⁷. Contando com a participação de mais de cem associações de trabalhadores, foram “aprovados os estatutos da CGTB e uma moção de apoio à *Confederación Sindical Latinoamericana*”⁴⁸. Como informou em depoimento pessoal um dos principais protagonistas, “no último dia do Congresso, em 1º de maio, foi eleita a delegação sindical que iria participar do Congresso Continental que se realizaria em Montevidéu”⁴⁹, ademais de outra delegação que seguiria para Buenos

Aires, para participar da "Primeira Conferência Latino-americana dos Partidos Comunistas", convocada pelo Secretariado Sul-Americano do COMINTERN⁵⁰.

Reunido de 18 a 26 de maio de 1929, e presidido pelo próprio líder da Internacio-

nal Sindical Vermelha, Alexander Losovsky, o congresso continental de Montevidéu congregou representantes sindicais de 15 países latino-americanos, além de delegados de associações de trabalhadores dos Estados Unidos (controladas por comunistas) e da

38. Cf. Dulles, *op. cit.*, p. 320.

39. *Ibidem*, pp. 327-328.

40. *Ibidem*, pp. 334-339.

41. Cf. Alexander, *Communism in Latin America*, *op. cit.*, p. 49. Além de representantes de sindicatos ou centrais nacionais da Argentina, Uruguai, Cuba, Chile, México e Equador, a Resolução também recebeu o "apoio" da "Minoria Revolucionária dos Sindicatos do Brasil", na pessoa do estudante, e alfaiate de profissão, Heitor Ferreira Lima; cf. Dulles, *op. cit.*, p. 362.

42. Cf. Alexander, p. 49. Pouco depois, durante a realização do Sexto Congresso do COMINTERN, decide-se a transferência do Secretariado Sul-Americano da IC, de Buenos Aires para Montevidéu; *idem*, p. 35.

43. Cf. Dulles, *op. cit.*, p. 351, que cita carta de Souza Barros, um dos integrantes da "oposição sindical". Na mesma ocasião, mas por motivos diferentes, deixou o PCB um grupo de intelectuais (entre eles, Livio Xavier e Rodolfo Coutinho) que se alinhariam na oposição trotsquista à política stalinista para o movimento comunista internacional. Em setembro-outubro de 1928, Joaquim Barbosa, que pouco depois lideraria essa "oposição sindical", publica um chamamento ao Congresso de Montevidéu, conchitando a "imprensa proletária a dedicar um sério trabalho em prol desse Congresso"; cf. Carone, *Movimento operário no Brasil*, *op. cit.*, pp. 428-430.

44. Alexander, p. 49. Dulles, p. 362. Sobre as relações entre o COMINTERN e a América Latina, ver a relação de documentos apresentada em Stephen Clissold (ed.). *Soviet relations with Latin America 1918-1968: A documentary survey*, Londres, Oxford University Press, 1970. Herminio Linhares faz referência à publicação, no Brasil, em 1928, do "Boletim da ISV", que seria provavelmente a tradução do *Bulletin de l'Internationale Syndicale Rouge*, editado em Paris; cf. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*, São Paulo, Alfa-Omega, 1977, p. 71.

45. Cf. Paulo Sérgio Pinheiro. *Política e trabalho no Brasil: Dos anos vinte a 1930*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 136. Com a abertura do "terceiro período" na política da IC, cada Partido Comunista deveria estabelecer sua própria organização sindical, isolada dos demais grupos atuando contemporaneamente no movimento sindical, e filiá-la à ISV; cf. Alexander, p. 22. Sobre o Congresso de 1928 do COMINTERN e sobre a política sectária então adotada, ver o livro de Franz Borkenau. *World communism*, *op. cit.*, pp. 336-340. Esse autor, dirigente do Partido Comunista alemão e membro do Comitê Executivo da IC nessa fase, rompeu mais tarde com o movimento comunista, sem que no entanto sua obra sofra dos subjetivismos habitualmente freqüentes nos escritos de "intelectuais renegados".

46. Cf. Donald L. Herman (org.). *The communist tide in Latin America, a selected treatment*, Austin, The University of Texas Press, 1973, p. 14.

47. Dulles, *op. cit.*, p. 385.

48. *Ibidem*, pp. 385-6. Minervino de Oliveira foi escolhido Secretário-Geral da CGTB, embora os líderes efetivos fossem o operário gráfico Mario Grazini, de São Paulo, e o marceneiro-entalhador Roberto Morena, do Rio de Janeiro; *idem*, *ibidem*, p. 386.

49. Roberto Morena. *Entrevista*, Praga, 27.12.76 (Arquivo pessoal do Autor). Roberto Alexander fornece os nomes — na verdade os pseudônimos — dos sete delegados brasileiros ao congresso de Montevidéu, que representavam a CGTB, a União dos Trabalhadores Marítimos e Portuários do Brasil e o Centro Cosmopolita do Rio de Janeiro: José dos Santos (provavelmente Mario Grazini), Antonio Gubellini (segundo depoimento de Roberto Morena, um operário do interior de São Paulo), Arnaldo da Silva (o próprio Roberto Morena, que voltaria a utilizar esse pseudônimo em reuniões ulteriores do PROFINTERN), José Augusto, Teodoro de Oliveira, Guilherme de Aguiar e Januário Vidal; cf. *Communism in Latin America*, p. 51.

50. Sobre o congresso de Montevidéu, ver Rollie E. Poppino. *International communism in Latin America: A history of the movement, 1917-1963*, Nova Iorque, Free Press of Glencoe, 1964, pp. 78-9 e 157-8. Sobre a participação brasileira a essa conferência, confira-se a visão pessoal de Leôncio Basbaum. *Uma vida em seis tempos: Memórias*, São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. 68.

CGTU francesa⁵¹. O programa do encontro sindical continental compreendia, entre outros pontos, a luta contra os imperialismos britânico e americano [nessa ordem], a atitude frente à PAFL, o problema do índio e dos trabalhadores imigrantes⁵². Apesar de que a filiação ao PROFINTERN trouxe um certo respaldo internacional a suas atividades, a CSLA não logrou constituir-se em organismo realmente representativo do movimento operário continental: a adesão proclamada de 11 milhões de membros, através das centrais nacionais, nunca foi atingida, mesmo se se considera o conjunto dos trabalhadores organizados, de todas as correntes políticas, em toda a América Latina⁵³.

No Brasil, entretanto, o modelo adotado pela internacional sindical comunista, visando organizar o movimento operário sobre a base de sindicatos de indústria, iria ajudar a CGTB a conquistar uma certa audiência nos meios sindicais. Mas, já a partir de junho de 1929, uma intensa repressão policial, com a invasão da sede da CGTB no Rio de Janeiro, dificultaria sobremaneira a reorganização nacional do movimento operário nos moldes pretendidos pelo Partido Comunista. Os anarquistas, de seu lado, tentariam ainda retomar suas atividades sob o estímulo da AIT: depois de diversos ensaios abortados, os anarco-sindicalistas latino-americanos conseguiram finalmente criar, em 1929, a *Asociación Continental Americana de Trabajadores* (ACAT), mas não há evidências da participação de delegados brasileiros nesse congresso constitutivo que se reuniu em Buenos Aires⁵⁴. No que se refere às correntes trabalhistas e socialistas moderadas, o relativo progresso alcançado nos últimos anos da década na conquista de diversos sindicatos de trabalhadores urbanos — processo parcialmente favorecido pelas próprias autoridades governamentais, que manejavam, alternadamente, a cenoura e o bastão — não se veria apoiado, como no caso dos comunistas, por uma organização internacional

militante e combativa, capaz de levar adiante propostas políticas e econômicas por meio de um exército de combatentes disciplinado e eficaz.

De uma forma geral, a intensa mobilização social e política dos trabalhadores organizados, registrada durante toda a década de 20, apoiou-se mais em conflitos próprios à sociedade brasileira do que em diretivas gerais, formuladas fora do País, apesar de que estas pudessem desempenhar um papel relevante no caso dos comunistas. Assistia-se então, no Brasil, à contestação violenta e constante da velha ordem oligárquica, ainda dominante, por parte de elementos avançados da pequena burguesia radicalizada — dos quais muitos jovens militares — eventualmente secundados por grupos políticos, alguns pretendendo falar em nome dos trabalhadores. Quanto aos comunistas, eles inevitavelmente fariam apelo às fórmulas políticas e modelos de análise propostos nos centros do comunismo internacional, muitas vezes de maneira equivocada: a política de “frente única”, a hostilização constante dos demais grupos políticos trabalhando nos meios sindicais, a experiência de formação de um “Bloco Operário e Camponês” — consoante consignas emitidas desde Moscou — a condução da política de alianças com outras classes e tantas outras modalidades de intervenção comunista no cenário político nacional constituem, cada uma em seu contexto específico, diferentes etapas da aplicação das consignas gerais emitidas pelo núcleo dirigente do movimento comunista internacional⁵⁵.

Os “anos insurrecionais” do movimento comunista brasileiro se estenderiam até meados da década de 30, mas o padrão habitual do relacionamento Estado-trabalhadores seria transformado imediatamente após a vitória da Revolução conduzida pelo movimento político-militar da Aliança Liberal, em outubro de 1930: com a criação do Ministério do Trabalho — cujo primeiro titular foi Lindolfo Collor — o grupo que assumiu

o poder passou a privilegiar modalidades mais avançadas de ação social, atribuindo novas funções ao sindicalismo classista.

Apesar do apelo ainda remanescente do sindicalismo internacional — particularmente presente no caso dos grupos de obediência comunista — o movimento operário e sindical no Brasil passaria a ter sua ação pautada quase que exclusivamente pelos estritos limites do jogo político nacional, para cada vez mais encerrar-se num horizonte essencialmente interno em finais dessa década. Isso não quer dizer que depois de 1935, quando ocorre a tentativa frustrada de insurreição comunista, o trabalho organizado no Brasil permanecesse indiferente aos grandes movimentos do sindicalismo internacional, mas as grandes variáveis políticas e os grandes acontecimentos que ainda dividiriam as correntes políticas e sindicais internacionais nessa época — como a guerra civil espanhola ou a luta contra o nazi-fascismo, por exemplo — teriam escassa repercussão a nível especificamente operário no Brasil.

5. O “Estado Paternalista” e o declínio do internacionalismo

A chamada “questão social” emergiu poderosamente durante a campanha presi-

dencial que deveria decidir o sucessor de Washington Luís. No programa da aliança Liberal, Vargas já havia salientado a necessidade de adoção de um Código do Trabalho, a extensão do seguro social a todas as categorias de trabalhadores, a aplicação de leis relativas ao salário mínimo, férias, cooperativas de consumo, propondo ainda medidas de proteção ao trabalhador em matéria de instrução, higiene, alimentação, habitação, crédito e até mesmo recreação⁵⁶.

Vitoriosa a revolução liberal e instalado o Governo Provisório, começaria uma nova etapa para o movimento sindical e operário no Brasil, cujas relações com o novo poder institucional não seriam contudo despidas de ambigüidade. O Estado varguista, apesar de inspirar-se nos modelos corporativistas em vigor na Europa meridional e ibérica — chegando mesmo a aproximar-se ostensivamente do padrão mussoliniano em determinada fase de sua vigência — não permitiria ao sindicalismo brasileiro os frutos que uma vinculação internacional poderia trazer à condução de seus interesses no plano interno. Para a corrente de inspiração comunista, a situação se torna particularmente difícil em virtude de sua política de aberta hostilidade à Revolução de 30, mesmo se, numa segunda fase, as táticas extremamente sectárias determinadas pela direção da COMINTERN são

51. Cf. Clissold. *Soviet relations with Latin America*, op. cit., p. 12. Poppino, p. 79, apresenta a lista dos países representados. Victor Alba fornece um bom resumo de como se desenvolveu o congresso constitutivo da CSLA; ver *Politics and the labor movement in Latin America*, Stanford, Stanford University Press, 1968, pp. 321-22.

52. A agenda do congresso está reproduzida em Carone, *Movimento operário no Brasil*, op. cit., p. 428, e em Alexander, p. 50.

53. Ver Alba. *Politics and the labor movement*, op. cit. p. 322.

54. Segundo a doutrina anarco-sindicalista, a ACAT advogava uma estrutura federalizada, agrupando associações autônomas de trabalhadores de diversos países. Ver Poblette Troncoso e Burnett. *The rise of the Latin American labor movement*, op. cit., p. 133.

55. Sobre esse tema, ver a interessante análise desenvolvida por Ronald H. Chilcote *The Brazilian communist party: Conflict and integration, 1922-1972*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1974, “8. Conflict and integration with the cross-national environment”, pp. 194-214.

56. Cf. Dulles, op. cit., pp. 412-3. O seguro social, até então, era exclusivo das caixas de aposentadoria e pensões dos ferroviários e portuários, conquistado nos anos 20, em 1923 e 1926 respectivamente. Quanto à questão da organização dos trabalhadores, ela ainda estava restritivamente regulada pela velha “lei sindical” de 1907.

abandonadas em favor de um ensaio de colaboracionismo e de cooperação com as demais correntes organizadas do movimento operário.

Numa primeira fase do processo que se abre em 1930, os anarquistas e anarco-sindicalistas, aproveitando-se da derrocada da velha oligarquia e da desorganização eventual do PCB — este sob o impacto da repressão anti-comunista que precede e sucede à revolução da Aliança Liberal —, tentam reorganizar sob sua direção o movimento operário e sindical. Apesar de terem conseguido reativar a velha Federação Operária de São Paulo, os anarquistas não saberão contudo adaptar-se às novas contingências políticas do momento, sobretudo no que se refere às exigências advindas da lei de sindicalização compulsória de março de 1931. Eles paulatinamente perderão substância e capacidade mobilizadora, até tornarem-se verdadeiramente insignificantes no quadro do movimento operário brasileiro.

Já praticamente extinta como entidade internacional desde princípios da década de 30, a corrente anarco-sindicalista apenas assegurará sua sobrevivência, no continente latino-americano, por meio de alguns pequenos sindicatos argentinos e uruguaios, que ainda conseguirão manter o fantasma da ACAT até aproximadamente meados do século⁵⁷.

Os trotsquistas — que ganham um certo peso internacional com o estabelecimento, naquela mesma época, em Paris, da "Oposição Internacional" — conseguem, por sua vez, ganhar o controle da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo e passam a defender a aplicação das resoluções adotadas nos quatro primeiros congressos da IC como forma de conduzir o processo revolucionário brasileiro⁵⁸.

A partir dessa década, precisamente, uma nova corrente colaboracionista faz sua aparição no movimento operário organizado:

o sindicalismo católico. Já desde o começo do século, a Igreja vinha estimulando o surgimento de "sindicatos cristãos" com base na doutrina estabelecida pela Encíclica *Rerum Novarum*, mas a experiência não passou da implantação de alguns "círculos operários" nos centros industriais mais importantes. Com a ascensão do Cardeal Leme, Primaz do Rio de Janeiro, à vida política nacional — através de sua aliança com Vargas —, o movimento sindical católico ganha novo impulso: em 1932, é fundada a Confederação dos Operários Católicos, favorecida pela atitude favorável ao sindicalismo cristão adotada na Encíclica *Quadragesimo Anno*, publicada no ano anterior. Como no caso das correntes do espectro socialista e reformista, não se tem reflexos da vinculação dos sindicatos católicos brasileiros e de sua, puramente formal, Confederação Nacional à CISC, a Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos, constituída desde 1920 (antes portanto da própria Internacional Sindical Vermelha). Apesar de discretamente corporatista e abertamente colaboracionista e conservadora, a corrente católica seria amplamente suplantada, no decorrer dessa década, pelo sindicalismo oficial, voltando a adotar formas de organização bem mais modestas, ao concentrar sua atenção nos tradicionais "círculos operários"⁵⁹.

O sindicalismo socialista internacional, através da FSI, conhece uma estabilização relativa nesse período e consegue mesmo desempenhar um papel político preponderante em alguns países. Mas suas atividades permanecem largamente restritas ao quadro europeu, sua área tradicional de atuação, enquanto que o PROFINTERN realizava alguns avanços no que então se designava de "regiões coloniais e semi-coloniais". As duas entidades internacionais haviam engajado, no decorrer da década de 20, conversações para lograr a chamada "unidade sindical internacional", mas, nos termos de um historiador "estas negociações não chegaram a nenhum resultado em virtude

da resistência de numerosas centrais sindicais reformistas e das concessões por demais hesitantes da ISV⁵⁷. A FSI — que, em 1931, tinha transferido sua sede de Amsterdam a Berlim e, com a ascensão de Hitler, se estabelece logo em seguida em Paris⁵⁸ — se sentiu tanto menos obrigada a cooperar com os comunistas na medida em que estes prosseguiram a política isolacionista do “terceiro período”.

No Brasil, a corrente comunista passava por sérias dificuldades: a Lei de Sindicalização advertia gravemente sobre a “abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso”, bem como explicitava a interdição de participar em atividades de entidades sindicais internacionais⁵⁹, posição esta tradicionalmente mantida a nível constitucional e na legislação específica desde então.

A fraqueza das correntes radicais do movimento operário brasileiro torna-se mais e mais evidente na medida em que, paralelamente à mudança na composição social do proletariado — com maiores aportes vindo agora mais do campo do que da imigração —, cresce a burocracia sindical associada ao Estado: “a oposição dos

comunistas e dos anarquistas à lei de sindicalização [obrigatória] deixou o campo livre às associações amarelas já existentes e às que seriam organizadas posteriormente pelo Ministério do Trabalho”⁶⁰.

Nessas condições, não é de se estranhar que a dimensão “internacionalista” dos sindicatos de filiação comunista tenha sido seriamente restringida nos primeiros anos da década de 30: ainda assim, a CGTB — reduzida pela repressão policial a um esqueleto de organização — se faz representar, conjuntamente com uma delegação oficial da CSLA, em uma conferência organizada pelo PROFINTERN, em Moscou, em finais de 1931. Na verdade, a CSLA, depois da conferência e do congresso constitutivo de 1929, não chegou a realizar nenhuma outra reunião continental, até sua extinção em 1935⁶¹.

A situação conhece alguma melhoria no ano seguinte, com a modificação da linha comunista para o movimento operário: em princípios de 1932, com o Comitê Central do PCB reunido em São Paulo, para escapar à repressão da capital, Basbaum consegue fazer aprovar sua posição sobre o trabalho sindical, “de que o PCB deveria estar presente nos sindicatos existentes, mesmo dominados pelo Ministério do

57. Cf. Poblette Troncoso e Burnett. *The rise of the Latin American labor movement*, op. cit., p. 133.

58. Cf. Dulles, op. cit., pp. 456-460.

59. Ver Lefranc. *Le syndicalisme dans le monde*, op. cit., pp. 57-58 e Alexander. *Reseña del movimiento obrero en la América Latina*, Washington, Unión Panamericana, 1950, pp. 12-13.

60. Cf. Wolfgang Abendroth. *Histoire du mouvement ouvrier en Europe*, Paris, François Maspero, 1967, p. 96.

61. Ver Lefranc, op. cit., p. 76.

62. Cf. Dulles, op. cit., p. 462.

63. *Ibidem*, pp. 463-64. Já em junho de 1933, estavam reconhecidas 372 entidades operárias e 74 patronais; nos sindicatos, estavam organizados, teoricamente, 168 mil operários, grande parte deles nas categorias de transportes, indústria têxtil, alimentícia e construção civil; *Ibidem*, p. 464.

64. Cf. Alexander. *Reseña*, op. cit., p. 15. Citando o líder revolucionário chileno Elias Laferte — em *Vida de un comunista*, Santiago, 1961, pp. 234-240 —, Clissold informa da passagem do brasileiro Arnaldo da Silva — na verdade Roberto Morena — por Montevidéu, em outubro de 1931, daí seguindo viagem para Moscou com a delegação da CSLA; ver *Soviet relations with Latin America*, op. cit., p. 18. A presença de Roberto Morena na conferência sindical internacional de Moscou foi confirmada pessoalmente em depoimento prestado ao Autor: Roberto Morena. *Entrevista*, Praga, 23.06.78. Como informa Dulles (p. 492), o líder comunista Mario Grazini era o representante da CGTB junto à CSLA nessa época.

Trabalho, e não criar novos sindicatos comunistas”⁶⁵.

Progressivamente, os comunistas brasileiros abandonam o sectarismo anterior e decidem intensificar o trabalho de proselitismo e de “cooperação com os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, com o propósito de assegurar, eventualmente, o controle dos mesmos”⁶⁶. Efetivamente, com a reversão da política excessivamente radical até então adotada, os comunistas conseguirão recuperar algum terreno no movimento sindical, o que — com o desaparecimento quase que definitivo dos anarquistas e a inexistência prática dos trotsquistas nos sindicatos operários — os habilitará a desempenhar um papel decisivo na política nacional a partir da redemocratização de 1945 e até os anos 60.

Essa nova tática, que trouxe seus frutos tanto em termos de novos adeptos para o PCB como de uma maior arregimentação nos sindicatos oficiais — já não haveria mais, a qualquer título, movimento operário independente — foi favorecida pela mudança das diretrizes políticas do COMINTERN em relação aos sindicatos de orientação socialista ou reformista. A OIT, classificada até

essa época pelo PROFINTERN como “uma das agências reformistas do imperialismo mundial”⁶⁷, deixaria de ser hostilizada com tal violência, tanto porque, ao aderir à Sociedade das Nações, em 1934, a URSS ingressava também no Bureau com sede em Genebra⁶⁸.

Ao fundirem suas próprias organizações sindicais nas confederações mais moderadas, controladas pelos adeptos da FSI ou pelas correntes reformistas, os comunistas latino-americanos, de modo geral, deram sua contribuição para o avanço do movimento operário e sindical continental como um todo⁶⁹. As diretrizes, porém, continuavam a emanar do centro: em 1934, uma conferência organizada em Montevideu pelo Bureau Sul-Americano da IC, aprovava a mudança da linha do “terceiro período” para a política de “frente popular”, como sugerido no cenário europeu⁷⁰.

Refletindo as novas posições adotadas no trabalho sindical, a corrente comunista organiza, no Rio de Janeiro, em 1934, um congresso sindical nacional, durante o qual foi fundada a “Confederação Sindical Unitária”⁷¹, cujas atividades se estenderiam até seu fechamento pelo governo Vargas, em 1935, no quadro da repressão à insurreição frustrada da Aliança Nacional Libertadora (ANL). No plano internacional, e consoante o novo espírito “colaboracionista” dos comunistas, a própria Internacional Sindical Vermelha propõe, em março de 1935, à FSI, um congresso unificador, tendo no entanto recebido pronta recusa. Em 1937, numa das muitas viradas da política stalinista, os sindicatos soviéticos decidem negociar diretamente com o FSI sua adesão à internacional socialista⁷².

Depois do levantamento comunista de novembro de 1935, e paralelamente à repressão generalizada que se seguiu, o governo brasileiro decidiu instituir diversas medidas de controle político e ideológico dos sindicatos, enquanto desmantelava, por



outro lado, as organizações mais ativas no meio operário. Nessas condições, o movimento sindical brasileiro não participaria do processo de formação da primeira entidade sindical continental realmente representativa: a CTAL, *Confederación de Trabajadores de America Latina*. A partir da primeira Conferência Americana do Trabalho, realizada no Chile sob os auspícios da OIT, diversos líderes sindicais decidem constituir uma central propriamente latino-americana. Especialmente impulsionado pela CTM do México, o congresso constitutivo da CTAL se reuniu finalmente em setembro de 1938, na capital mexicana, com delegados de 13 países⁷³.

A experiência internacional do sindicalismo brasileiro ficou assim encerrada du-

rante dez longos anos, enquanto durou a fase autoritária e ditatorial do regime Vargas. Quando o movimento operário renascesse, em 1945, a atividade dos comunistas nos meios sindicais ficaria restrita a um breve período de legalidade, antes de nova fase de clandestinidade a partir de 1947 (destinada a durar mais de três décadas). De qualquer forma, cingido pela camisa de força de normas constitucionais "isolacionistas" e por uma legislação sindical restringindo o estabelecimento de centrais nacionais, o movimento operário e sindical brasileiro já não mais conheceria uma dimensão "internacionalista", como aquela praticada heroicamente pelas precárias organizações de anarquistas e comunistas nas primeiras décadas deste século.

BIBLIOGRAFIA

- ABENDROTH, Wolfgang. *Histoire du mouvement ouvrier en Europe*. Paris, François Maspero, 1967.
- ALBA, Victor. *Historia del movimiento obrero en America Latina*. Mexico, Libreros Mexicanos Reunidos, 1964.
- _____. *Politics and labor movement in Latin America*. Stanford, Stanford University Press, 1968.
- ALEXANDER. *Reseña del movimiento obrero en la America Latina*. Washington, Unión Panamericana, 1950.
- _____. *Communism in Latin America*. New Brunswick, N.J., Rutgers University Press, 1957.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. "Uma antologia do movimento operário". *Plural*, São Paulo, Ano II, n.º 5, julho-setembro 1979, 169-172.
- BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos: Memórias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

65. Cf. Dulles, *op. cit.*, p. 491, que cita Basbaum. *Uma vida em seis tempos, op. cit.*, pp. 120-121.
66. Dulles, p. 515, com base em depoimento do líder "pelego" Ari Campista.
67. Cf. Lusignan. *L'Organisation internationale du travail, op. cit.*, p. 26.
68. Na verdade, a URSS apenas participaria efetivamente dos trabalhos da OIT no pós-guerra, já no quadro da ONU, uma vez que no período anterior, as atividades do Bureau se restringiam às de uma organização consultiva. Cabe ainda mencionar que, em 1935, como consequência de sua saída da Liga das Nações, a Alemanha se retira do BIT, seguida pouco depois pela Itália e pelo Japão.
69. Cf. Alexander. *Communism in Latin America, op. cit.*, p. 24.
70. *Ibidem*, p. 36.
71. Ver Telles. *O movimento sindical no Brasil, op. cit.*, p. 33 e Linhares. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil, op. cit.*, p. 72.
72. Ver Alba. *Politics and the labor movement in Latin America, op. cit.*, p. 324.
73. Cf. Alba, pp. 322-323. O Brasil, contudo, apenas participaria das atividades da CTAL no pós-guerra, graças notadamente aos esforços de Roberto Morena, que, em 1948, seria eleito secretário daquela organização continental, ao mesmo tempo em que representava a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, de orientação comunista e surgida na redemocratização de 1945.

- BORKENAU, Franz. *World communism: A history of the communist international*. Nova Iorque, W.W. Norton, 1939.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: Instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1970.
- _____. *Movimento operário no Brasil, 1877-1944*. São Paulo, Difel, 1979.
- CHILCOTE, Ronald H. *The Brazilian communist party: Conflict and integration, 1922-1972*. Nova Iorque, Oxford University Press, 1974.
- CLISSOLD, Stephen (ed.). *Soviet relations with Latin America 1918-1968: A documentary survey*. Londres, Oxford University Press, 1970.
- DULLES, John W. F.. *Anarchists and communists in Brazil, 1900-1935*. Austin, University of Texas Press, 1973.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social, 1890-1920*. São Paulo, Difel, 1976.
- FOSTER, William Z.. *History of the three Internationals: The world socialist and communist movements from 1848 to the present*. Nova Iorque, International Publishers, 1955.
- HERMAN, Donald L. (org.) *The Communist tide in Latin America, a selected treatment*. Austin, The University of Texas Press, 1973.
- LEFRANC, Georges. *Le syndicalisme dans le monde*. Paris, Presses Universitaires de France, 1949.
- LINHARES, Herminio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.
- LOSOVSKY, C.F.A.. *Le mouvement syndical international, avant, pendant et après la guerre*. Paris, L'Internationale Syndicale Rouge, 1926.
- LUSIGNAN, Guy de. *L'Organisation internationale du travail, 1919-1959*. Paris, Editions Ouvrières, 1959.
- MANIFESTES. *Thèses et résolutions des quatre premiers congrès mondiaux de l'Internationale Communiste, 1919-1923* (reimpressão em fac-símile). Paris, François Maspero, 1972.
- MORENA, Roberto. *Entrevistas*. Praga, 26.12.76, 27.12.76 e 23.06.78 (Arquivo pessoal do Autor).
- PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB, 1922-1928*, Lisboa, Prelo, 1976.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil: Dos anos vinte a 1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- _____. O proletariado industrial na Primeira República in FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil republicano, 2º vol.: sociedade e instituições*. São Paulo, Difel, 1977, 135-178.
- POBLETE TRONCOSO, Moisés e BURNETT, B.G. *The rise of the Latin American labor movement*. Nova Iorque, Bookman Associates, 1960.
- POPPINO, Rollie E. *International communism in Latin America: A history of the movement, 1917-1963*. Nova Iorque, Free Press of Glencoe, 1964.
- RODRIGUES, Pedro. Roberto Morena: 60 anos de militância sindical, *Plural*. São Paulo, Ano I, nº 4, abril-junho, 1979, 68-81.
- _____. O sindicalismo internacional e o movimento operário no Brasil: A experiência dos anos vinte, *Plural*. São Paulo, Ano II, nº 5, julho-setembro 1979, 49-71.
- _____. Brasileiros na Espanha, *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, volume 9, 1980, 125-158.
- _____. Roberto Morena: o Operário, o Militante, o Homem", *Memória e História*. São Paulo, nº 3, Instituto Astrojildo Pereira — Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro — Editora Novos Rumos, 1987, 15-32.
- TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962.